

Michael Dunford |
Godfrey Yeung |

Rumo à convergência global: economias emergentes, a ascensão da China e o ocaso do Ocidente?

Introdução

No cerne deste trabalho está a ideia de que o presente é um momento de reviravolta na geografia do desenvolvimento global. Há mais de 200 anos, vêm aumentando, de modo geral, as desigualdades econômicas mundiais. Nos albores da Revolução Industrial, as diferenças de renda per capita entre a Europa Ocidental, de um lado, e a Índia, a África ou a China, de outro, não superavam a casa dos 30% (Bairoch, 1981) e, embora a Europa Ocidental fosse o núcleo de um conjunto de impérios comerciais, a Ásia era o centro da produção industrial mundial. Essa situação mudou radical e rapidamente com o início da Revolução Industrial: várias regiões da Europa Ocidental emergiram como os primeiros centros modernos de produção e desenvolvimento econômico, até então concentrados em diversos países de colonização branca, enquanto a Grã-Bretanha e, posteriormente, os Estados Unidos (EUA) emergiram como potências econômica e politicamente hegemônicas. Em 1820, a renda per capita dos países mais ricos era três vezes maior que a dos mais pobres. Em 1870, era sete vezes maior e, em 1913, 11 vezes maior. Por volta de 1997, a quinta parte da população mundial que vivia nos países mais ricos era 74 vezes mais rica do que a quinta parte da população mais rica nos países mais pobres, contra 60 vezes em 1990, e 30 vezes em 1960 (PNUD, 1999: 3).

A razão das divergências globais é que pouquíssimas economias no rumo da modernização econômica e social alcançaram um crescimento sustentado. Após a Segunda Guerra Mundial, a Europa Ocidental e Meridional cresceu rapidamente, enquanto, na Ásia, primeiro o Japão, posteriormente as quatro economias ditas Tigres Asiáticos (Coreia do Sul, Taiwan, Cingapura e Hong Kong), agregou-se à lista das modernas sociedades industriais. A maioria das

outras economias até hoje não logrou alcançar um crescimento sustentado.

Em 1991, o colapso final do bloco soviético e de sua tentativa de encontrar um caminho alternativo para a modernização pareceu restabelecer a inconteste supremacia do mundo ocidental. Concepções abstratas do capitalismo anglo-americano e das instituições políticas ocidentais foram aduzidas como modelos globalmente ideais. O instrumento usado para a reconfiguração das instituições econômicas e políticas foi o Consenso de Washington. Um poderoso símbolo ideológico foi a concepção de Fukuyama (1989) do “fim da história” (PICKLES, 2010; SMITH e TIMÁR, 2010).

Na Ásia, entretanto, houve importantes acontecimentos políticos e econômicos. Com a criação, em 1949, da República Popular da China, esse país recuperou a sua soberania depois de um século de dominação estrangeira e guerra civil. A partir de 1978, a adoção de um programa de reforma e abertura permitiu à China embarcar num processo notável de crescimento econômico. Mais ou menos ao mesmo tempo, outro gigante asiático, a saber, a Índia, também tomou o rumo de um crescimento mais sustentado.

As implicações desses desenvolvimentos nacionais ficaram mais claras após a crise asiática de 1997-98. A ascensão da Ásia foi um passo importante na reconfiguração do desenvolvimento global, tão mais importante porque uma série emergente de macroeconomias de mercado conseguiu fugir ao Consenso de Washington. Uma das razões para tanto foi, graças à maior integração global, um aumento acentuado na força de trabalho mundial. Uma segunda razão, e mais importante, foi o fato de, na Ásia, devido às desvalorizações competitivas, ter havido fortes surtos de exportação e a transformação em devedores de uma série de países que, antes, eram credores (AGLIETTA e REBÉRIOUX, 2005). Inversamente, importantes países desenvolvidos alteraram a sua posição de credores para a de devedores. Mais recentemente, vários outros países, como a Rússia e o Brasil, também tomaram novos rumos.

No mundo desenvolvido, o início da atual crise financeira, em conjunto com uma série de desastrosas intervenções militares, enfraqueceu seriamente os EUA e seus aliados mais próximos. Em 2007, medindo-se produtos internos brutos (PIB) por meio de taxas de mercado, a China ultrapassou a Alemanha, tornando-se a terceira maior economia nacional do mundo. As duas primeiras foram os EUA e o Japão (FMI, 2008). Medindo-se em paridades de poder de compra (PPC), a China já vinha sendo a terceira maior desde 1995. Nos anos que se seguiram à crise financeira asiática de 1997-98, as economias emergentes cresceram, em média, 6,1% em comparação com os 2,6% das economias desenvolvidas.

O argumento central deste artigo é que, com toda a probabilidade, o grupo das economias emergentes, em especial a China, vai sustentar as suas recentes vantagens de crescimento no contexto de um crescimento global (ao menos inicialmente) mais lento. No mundo ocidental, argumentarão alguns, um

conjunto de estratégias destinado a restaurar o crescimento sustentado tem-se mostrado insuficiente, e a recente crise econômica produzirá um impacto negativo ainda maior e mais renitente no mundo desenvolvido por não haver, no horizonte, qualquer modelo alternativo de crescimento. Um país como a China, por seu turno, terá o potencial de sustentar taxas relativamente altas de crescimento ainda por muitos anos. Para isso, ela precisará, no entanto, alterar profundamente o seu modelo de desenvolvimento. Se assim proceder, e se outras grandes economias asiáticas (em conjunto, talvez, com países como a Rússia e o Brasil, entre os do grupo chamado “BRIC”¹) continuarem crescendo, estes países emergentes deverão liderar o crescimento mundial. Em tal hipótese, dentro de 25 anos, a Ásia poderá responder por 66% do PIB mundial. Caso consiga, terá de fato revertido a discrepância criada pela Revolução Industrial, pelo colonialismo e pelo imperialismo, e restabelecido, sob alguns aspectos, o *status quo* anteriormente existente.

Para desenvolver o argumento, este artigo está dividido em seis seções. A primeira identifica algumas das ideias conceituais em que se baseia o texto. A segunda documenta as tendências recentes e projetadas para o futuro do desenvolvimento global. A terceira é dedicada a um exame crítico das sucessivas tentativas, no mundo desenvolvido, de se estabelecer um novo modelo de desenvolvimento. A quarta identifica alguns dos principais desequilíbrios mundiais gerados pela interação dinâmica entre as economias desenvolvidas e emergentes. Na quinta, dá-se atenção aos desequilíbrios estruturais associados ao crescimento chinês e indaga-se se as recentes reformas e, em particular, o pacote de incentivos fiscais fornecem bases para uma reestruturação do modelo existente de desenvolvimento ou são capazes de assegurar a continuação do crescimento relativamente rápido. A seção final extrai algumas conclusões.

Bases conceituais

Nos anos iniciais da década de 80 testemunhou-se, de um lado, o ressurgimento de concepções abstratas de economia de mercado e de equilíbrio econômico e, de outro, a marginalização das concepções alternativas keynesianas e marxistas de crescimento econômico e instabilidade. Em nenhum dos casos foi dada bastante atenção às bases sociais e culturais da vida econômica. Conforme demonstra a bibliografia sobre as variações de capitalismo (ALBERT, 1993; HALL e SOSKICE, 2001; PECK e THEODORE, 2007), as bases sociais do capitalismo representam um importante papel na formação da estrutura, da dinâmica e do desempenho comparativo de diferentes modelos nacionais de capitalismo.

Na Ásia, sobretudo na China, há uma longa tradição de economia (de mercado) produtora de *commodities* desenvolvida e regulamentada por um Estado

1. Os países da sigla BRIC são Brasil, Rússia, Índia e China.

central hierarquicamente organizado; e de propriedade coletiva dos bens econômicos. A existência de um Estado regulatório com o poder fortemente concentrado nas mãos de autoridades públicas é, na verdade, uma característica enraizada no desenvolvimento da China. Seus acordos econômicos e políticos estão impregnados numa sociedade permeada por uma tradição confucionista de 2.500 anos, em que o bem comum vale mais do que as aspirações individuais. Grandes diferenças na estrutura institucional e na conduta econômica derivam das condições sociais: no lado positivo, entre os argumentos dignos de atenção, estão o respeito pelos compromissos, *guanxi* (as relações pessoais), os princípios correlatos de reciprocidade, de grupo forte e de lealdade nacional; no lado negativo estão os riscos de corrupção entre o funcionalismo público (ver REDDING 1993; REDDING e WITT, 2007).

No mundo ocidental, as assim chamadas economias capitalistas são sustentadas por contratos de direito privado e fomentadas, sobretudo, pela busca do autointeresse privado. Modelos abstratos sugerem que essas economias são eficientes na medida em que os contratos sejam cumpridos, de modo que haja direitos e responsabilidades predeterminados para todas as eventualidades. Na prática, graças à informação assimétrica e a uma ampla gama de externalidades, os contratos acabam não cumpridos, resultando com frequência no colapso do mercado, especialmente no âmbito das finanças, proteção ao meio ambiente, provisão de bens públicos e proteção contra riscos sociais (POLANYI, 1944; OSTROM, 1990; PERRONS e POSOCCO, 2009).

No mundo ocidental, tais externalidades resultaram numa variedade de reformas na previdência social e em outras reformas econômicas que qualificam, em diferentes graus, o escopo dos princípios capitalistas, gerando várias versões nacionais de capitalismo. Há um modelo anglo-americano de controle societário do tipo “outsider” (isto é, de incentivo à concorrência, com grandes mercados de ações, dispersão de propriedades e mercados ativos de controle corporativo). Em contraste há o modelo europeu continental do tipo “insider” (com um número menor de empresas com ações na bolsa, participação acionária mais concentrada e reduzida aquisição). O modelo americano de seguridade social individual, voltado para o mercado, é comparável aos fortes welfare states nórdicos; e um modelo social europeu, que envolve ações coletivas mais eficazes para corrigir as falhas de mercado, um maior grau de solidariedade e um sistema de proteção social mais ativo. Portanto, todas essas economias ocidentais também são, em diferentes graus, economias mistas nas quais os princípios capitalistas prevalecem ao lado de princípios de planejamento, de propriedade coletiva e de direitos sociais, embora o escopo dos princípios capitalistas ora aumente, ora diminua, tendo ocorrido uma expansão significativa durante a era neoliberal, que data do final da década de 70 (HARVEY, 2005).

A extensão desse enfoque institucional em escala internacional envolve duas etapas. A primeira é a concepção do sistema global como uma constelação de configurações e interesses institucionais nacionais que molda as tendências econômicas. A segunda é o reconhecimento de dois problemas. O primeiro é a integração assimétrica de diferentes modelos nacionais de desenvolvimento, ascensão e declínio de potências hegemônicas, isto é, países sujeitos a diferentes graus de dominação e a Estados plenipotenciários (Van der Pijl, 2006). O segundo refere-se às maneiras pelas quais a integração, a interação e a interdependência modificam a dinâmica interna das configurações nacionais e geram desequilíbrios internacionais/globais.

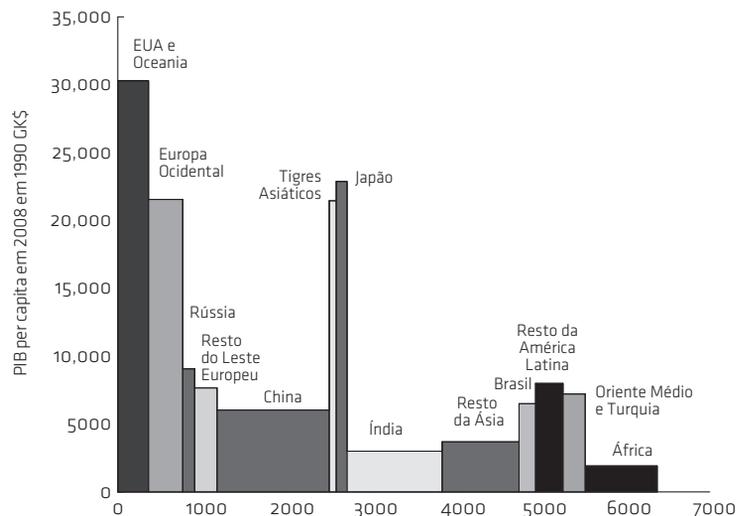
Essas concepções da trajetória de diferentes modelos de capitalismo e sua integração assimétrica em uma ordem global fornecem as bases para um ampliado relato teórico da existência regulamentar não apenas de uma sucessão de crises estruturais que reflitam contradições/desequilíbrios subjacentes, mas também de estruturas de interdependência econômica internacional e de mudanças sucessivas nos centros geográficos de gravidade econômica (AGLIETTA, 1998; DUNFORD, 2000, 2005).

A recente crise financeira é apenas a última de uma série de duradouras crises que vêm pontuando o desenvolvimento do capitalismo industrial. A primeira ocorreu após as guerras napoleônicas e testemunhou, conforme o caráter agrário ou industrial de cada país, a primeira crise do capitalismo industrial ou a última crise (malthusiana) do *Ancien Régime*. A segunda ocorreu na Grande Depressão do final do século XIX. A terceira, no período entre a Primeira e a Segunda Guerras Mundiais. A quarta teve início no final anos 1960. A quinta data do início da recente crise financeira global (REINHART e ROGOFF, 2009). Durante os longos períodos entre essas fases de turbulência, as economias capitalistas desenvolvidas foram razoavelmente dinâmicas e estáveis graças ao surgimento de uma sequência de novos modelos de desenvolvimento, muitas vezes centrados em transformações fundamentais da prévia ordem econômica e social. A forma do mundo nos próximos anos dependerá, similarmente, da adequação e do sucesso dos ajustes feitos em função da adaptação à crise atual.

Desenvolvimento global comparativo

Medido em termos de PIB per capita em dólares PPC de 1990 (Figura 1), o mundo permanece desenvolvido de modo extremamente desigual. Há altos níveis de renda per capita na América do Norte, na Austrália e Nova Zelândia (US\$ 30,287), na Europa Ocidental (US\$ 21,547), no Japão (US\$ 22,867) e nas economias dos Tigres Asiáticos (US\$ 21,448). A seguir, vêm a Rússia (US\$ 9,069) e o resto da Europa Oriental (US\$ 7,662), embora haja vários e largos abismos entre os países-membros centrais da União Europeia e os países-membros da Comunidade de Estados Independentes (CEI). Na África, o PIB per capita permaneceu em apenas US\$ 1,918. Países como a China (US\$ 6,034) e a Índia (US\$ 3,004) ainda possuem níveis relativamente baixos de renda por habitante. É importante observar, porém, que as estimativas mais recentes do Centro de Crescimento e Desenvolvimento de Groningen (2009) sobre o nível de PIB dos PPC da China convertidos para dólar americano foram reajustadas abaixo de 22,6%, a fim de representarem com maior precisão os níveis dos preços urbanos. Este reajuste foi motivado pelos resultados das recentes estimativas PPC do Banco Mundial para 2005 (Banco Mundial, 2008). Não foram feitos ainda reajustes nas estimativas de PIB para outros países. Mesmo segundo tais estimativas reajustadas, a economia chinesa é extremamente forte, como mostram as superfícies das áreas na Figura 1: em 2008, o PNB total da China em PPCs ficou em US\$ 8,007 trilhões, em comparação com US\$ 8,724 trilhões para a Europa Ocidental e US\$ 10,971 trilhões para a América do Norte e a Oceania.

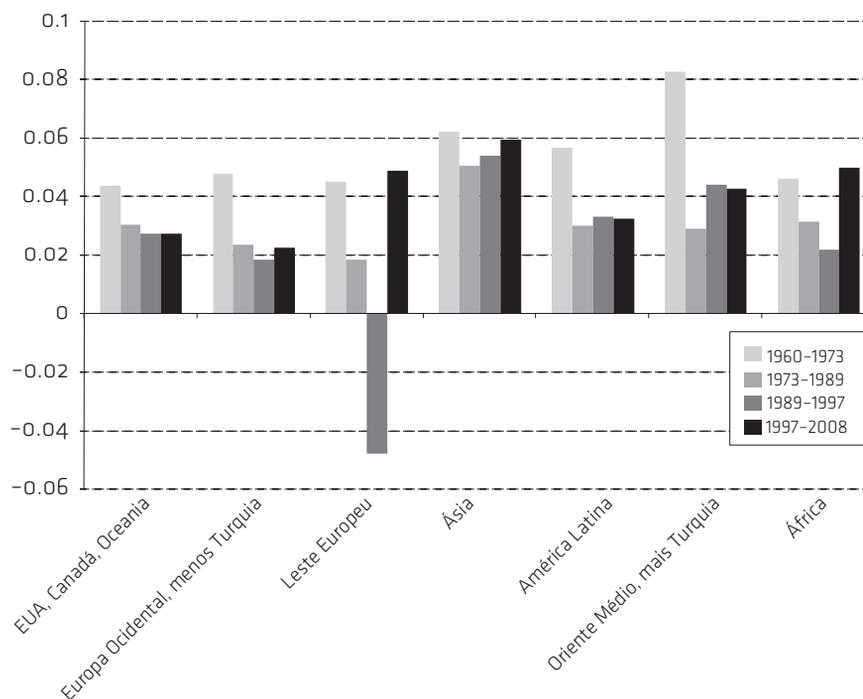
Figura 1. População total, PIB de 2008 per capita e PIB total em milhões de US\$ em 1990, convertidos a PPCs em dólares Geary-Khamis (GK - dólares internacionais).



Fonte: Gráfico elaborado a partir de dados do Centro de Crescimento e Desenvolvimento de Groningen (2009). Observações: A largura de coluna de cada bloco representa a população do país ou região. A área de cada bloco representa o PIB total a PPC do país ou região.

No passado recente, no entanto, muitas partes da Ásia com renda per capita comparativamente baixa têm experimentado um crescimento econômico um pouco rápido (Figura 2). Na maior parte das zonas continentais identificadas na Figura 2, as taxas de crescimento foram mais rápidas durante a Era de Ouro (1960-1973) do que em ciclos subsequentes. No caso da Europa Ocidental, as taxas de crescimento, em cada ciclo subsequente, foram inferiores à metade das taxas de crescimento na Idade de Ouro. EUA, Canadá, Austrália e Nova Zelândia viram a produção crescer relativamente mais depressa do que a Europa Ocidental, embora suas taxas de crescimento per capita tenham sido, na melhor das hipóteses, as mesmas da Europa Ocidental, pois as taxas mais elevadas de crescimento do PIB vieram acompanhadas de um forte crescimento demográfico. A Europa Oriental comunista também passou por um forte crescimento em 1960-1973.

Figura 2. Taxas médias anuais de crescimento do PIB medidas em US\$ de 1990 convertidos a PPCs (dólares Geary-Khamis) ao longo de vários ciclos econômicos sucessivos.



Fonte: Gráfico elaborado a partir do Centro de Crescimento e Desenvolvimento de Groningen (2009).

Subsequentes retardos no crescimento testemunharam o colapso do comunismo e abriram caminho para rápidas transições rumo ao capitalismo. As consequências dessas transições foram quase catastróficas para a produção. Em 1989-97, esta última caiu uma média de 4,9% ao ano. Em 1997, a produção

ainda era de apenas 68% do seu nível de 1989. A produção perdida ao longo desses anos foi enorme. Nessas economias em transição, o crescimento viria a medrar posteriormente, mas em 2008 a produção foi de apenas 114% do seu nível de 1989. O crescimento mais recente tem dependido, de forma significativa, das entradas de capital bruto, o que contribui para a insustentabilidade do crescimento movido a crédito (Smith e Swain, 2010; ver também Bianchi, de 2009, para um relato das evoluções intraeuropeias e seu contexto global). Esse retrospecto se compara desfavoravelmente, em especial, com o da China, que escolheu um caminho de desenvolvimento fundamentalmente diferente dos estados ex-comunistas da Europa: em vez de uma terapia de choque, que Vaclav Havel tentou justificar com a alegação de que “não se atravessa um abismo com dois curtos passos”, os chineses escolheram um enfoque gradual e experimental de “reforma e abertura”, definido no aforismo de Deng Xiaoping segundo o qual (parafrazeando Havel) “o caminho para atravessar um rio é passo a passo, sentindo-se cada pedra à medida que o atravessamos” (ver Nolan, 1995, e Burawoy, 1996, para uma comparação dos modelos de desenvolvimento da União Soviética/Leste Europeu e chinês). O notável crescimento da China a uma média de 8,3% ao ano desde 1980 é uma das razões para o crescimento da Ásia em 6,2%; 5,1%; 5,4% e 5,9% ao ano, nos quatro ciclos de 1960 até 2008, com o crescimento das economias dos Tigres abrandando durante a década de 90. Quanto às demais partes do mundo, elevadas taxas de crescimento em 1960-1973 deram lugar a um crescimento muito mais lento em 1973-1989, especialmente nas economias da América Latina e da África. Tal como as diferenças no desempenho das economias europeias de transição e da China refletem, em parte, diferentes opções desenvolvimentistas, há contrastes entre as economias asiáticas, latino-americanas e africanas: estas últimas implementaram o Consenso de Washington e, subsequentemente, o Consenso de Washington aperfeiçoado (que requer que as metas originais de estabilização, liberalização e privatização venham acompanhadas de reformas na governança e na propriedade estatal), ao passo que países como o Japão e os Quatro Tigres, e mais tarde a China, a Índia e o Vietnã, violaram virtualmente todas as regras do neoliberalismo.

O rápido crescimento recente de países muito populosos da Ásia já produz efeitos profundos sobre a desigualdade global e sobre o contexto global de desenvolvimento, tal como, aliás, algumas das recentes mudanças na composição política e nas estratégias econômicas da América Latina e no crescimento da Rússia com base nos recursos naturais. A Tabela 1 registra parcelas do PIB mundial para uma série de áreas. Os dados foram obtidos de estatísticas da Balança de Pagamentos do Fundo Monetário Internacional. Tais dados incluem previsões até 2014, previsões essas estendidas até 2020 por presumir uma continuação das tendências desde o início do milênio. De acordo com esses dados, em 1980, América do Norte, Austrália e Nova Zelândia respondiam por 26%

e a Europa Ocidental por 27% do PIB mundial. Esses números cairiam para 22,8% e 19,3%, respectivamente, em 2010. Países produtores de petróleo e gás foram responsáveis por outros 8,3% em 1980 e 12,8% em 2010. As previsões da Tabela 1 indicam novas quedas, de 18,8% e 15%, respectivamente, para 2020, em países de colonização europeia e na Europa Ocidental. No mesmo período, a participação da Grande China (República Popular da China, Hong Kong, Macau e Taiwan) aumentará de apenas 2,8% para 21,7%, enquanto a quota da Ásia como um todo subirá de 17,1% para 40,1%. Essas previsões são, é claro, experimentais. Em particular, elas não refletem a possibilidade de uma melhoria atual sustentada no crescimento do hemisfério ocidental, composto em especial de países latino-americanos. O que os números mostram, porém, é que com a continuação das recentes tendências o que se verá, em curtíssimo tempo, é a renda per capita da China alcançar a média mundial e também um grande aumento no relativo peso econômico das economias asiáticas emergentes, em detrimento das partes mais economicamente desenvolvidas no mundo.

Tabela 1. PIB como PPP enquanto fração do total global (em porcentagens).

	1980	1990	2000	2005	2010	2015	2020
Austrália e NZ	1,4	1,3	1,4	1,4	1,3	1,2	1,1
América do Norte	24,6	24,8	25,6	24,2	21,5	19,7	17,7
Europa Ocidental	27	25,3	23,8	21,7	19,3	17,4	15
Leste e Sudeste da Europa	3,6	3	2,6	2,7	2,8	2,8	2,8
CEI e Mongólia	8	7,8	3,6	4,2	4,7	5	5,5
Grande China (HK, M e T)	2,8	4,7	8,7	11	14,3	17,7	21,7
Resto do Leste Asiático	9,1	10,3	9,4	8,8	7,9	7,3	6,4
Sudeste Asiático	2,3	2,9	3,6	3,8	4,1	4,3	4,5
Sul da Ásia	2,9	3,7	4,7	5,3	6,3	7,1	7,9
Oriente Médio e Norte da África	5,6	5,3	5,6	6	6,4	6,4	6,6
Região do Pacífico	0	0	0	0	0	0	0
África Subsaariana	2,5	2,2	2,1	2,3	2,6	2,7	2,9
Hemisfério Ocidental	10,2	8,6	8,8	8,5	8,7	8,4	7,9

Fonte: Elaborada a partir de dados do Fundo Monetário Internacional, 2008.

A busca ilusória do crescimento ocidental: da crise do fordismo à crise financeira

Como mostra a Figura 2, as taxas de crescimento no mundo desenvolvido não corresponderam às taxas de crescimento na Idade de Ouro, que chegou ao fim da crise fordista no final da década de 60 e 70. Na década de 80, foi amplamente divulgado que uma solução para as dificuldades econômicas estaria no surgimento de uma série de novos modelos de desenvolvimento cujos méritos seriam refletidos pelo dinamismo econômico comparativo das economias a eles fortemente associadas. Piore e Sabel (1984) viram na especialização flexível de distritos industriais da Itália e de economias regionais na Alemanha os marcos de uma segunda divisão industrial; o modelo japonês de produção enxuta e os modelos japonês e alemão de organização econômica foram vistos por Piore e Sabel (1984) como os fatores que impulsionaram a competitividade das exportações das indústrias japonesas e alemãs e a superioridade das variantes japonesa e alemã de capitalismo. Essas histórias de sucesso na década de 80 deram lugar, no entanto, a crises econômicas na década de 90. O Japão viu-se preso durante uma prolongada fase de estagnação marcada por recessão econômica, por deflação nos preços das *commodities* e ativos, por muitas falências e por um desemprego elevado, enquanto a economia alemã se estagnou enquanto absorvia a antiga República Democrática Alemã.

Na década de 90, novas esperanças foram investidas na ascensão da nova economia. Tais esperanças derivaram-se de dois fatores. O primeiro foi a percepção da nova economia como fonte de um novo conjunto de radicais inovações schumpeterianas. O segundo foi o aumento da produtividade relativamente rápido nos EUA e em várias outras economias com fortes especializações e retrospectos de inovação em: (1) tecnologias da informação e da comunicação (TIC); e (2) mercantilização do conhecimento e desenvolvimento de bens informáticos. Esses setores cresceram rapidamente nos EUA e em países como a Irlanda, que copiou o modelo americano, embora haja ocorrido também crescimento nos países nórdicos, com configurações institucionais bastante diferentes. Apesar de a nova economia ter tido êxito em países não modelados conforme os EUA, ela foi em geral concebida como uma combinação da inovação constante de setores de TIC com instituições e governanças econômicas modeladas ao estilo americano. Uma arquitetura institucional conduzente ao desenvolvimento de TIC foi, analogamente, considerada como abrangendo no mínimo três elementos. O primeiro foi a liberalização e a desregulamentação mercadológicas, entendidas como abastecedoras de mercados não cíclicos e competitivos. Na prática, foram ampliados os movimentos cíclicos e muitas características desses setores incorporadas às estruturas oligopólicas. O segundo elemento foi a confiança no capitalismo

de mercado movido pelas finanças. Finanças de inspiração mercadológica interagiram com setores de TIC mediante a provisão de capital de risco, cotações de mercado de ações destinadas a angariar verbas ou, no caso mais comum, apropriação de aluguéis de inovação e o uso de quotas para financiar fusões e *takeovers* (tomadas de posse e controle) enquanto os setores de TIC forneciam aos setores financeiros do mercado recursos e tecnologias essenciais para o manuseio das informações. O terceiro elemento foi um modelo de governança corporativa centrado na maximização do valor do acionista.

Economicamente, o setor das TICs efetuou uma significativa contribuição direta para o crescimento da produção e da produtividade. Todos os aumentos de volume, no entanto, foram compensados por uma queda no índice hedônico de preços devido ao aumento de qualidade e à queda nos custos de produção dos produtos de TIC. Essas e outras características dos setores de TIC tornam questionável se as TICs são capazes de criar novos setores suficientemente importantes para aumentar a produtividade e os lucros e gerar crescimento sustentado em nível macroeconômico. Sem dúvida, no caso dos EUA, o crescimento da economia resultou tanto de uma recuperação cíclica sustentada quanto do próprio modelo de crescimento alimentado financeiramente.

Em março de 2000, os limites desse modelo ficaram claros com a queda das pontocom. Um colapso do mercado de ações, consequentes perdas de capital na ordem de 50-80% e uma onda posterior de falências e escândalos. Essa crise foi, em parte, uma crise financeira, cujas raízes residiam num regime de governança corporativa controlado pelo mercado de ações e na existência de uma comunidade reflexiva de investidores com expectativas de autorrealização alienadas das perspectivas reais de rentabilidade: expectativas de aumento de preços estimularam investimentos e estes impulsionaram os preços. Por outro lado, as expectativas também colocaram em perspectiva a possibilidade de as TICs, apesar de sua onipresença, atuarem como um novo motor de crescimento. Aos olhos de um crítico, “a nova economia já aderira ao enxugamento da produção no museu de inovações a que era outrora atribuída uma indelével impressão sobre o século XX, mas cujos efeitos se dissiparam, de fato, ao cabo de apenas uma ou duas décadas” (BOYER, 2004: 149).

As economias do Reino Unido e dos EUA se recuperaram com uma rapidez impressionante da crise das pontocom. Na zona do euro, por outro lado, prevaleceu a estagnação. Nos EUA, no Reino Unido e no Canadá, autoridades monetárias optaram por evitar a deflação financeira e proteger a rentabilidade das empresas, reduzindo as taxas de juros e aumentando os valores dos ativos. Como resultado, na América anglófona uma bolha em expansão no mercado imobiliário ajudou a compensar o colapso de uma bolha no mercado de ações, investimentos empresariais muito limitados e a fraqueza do real

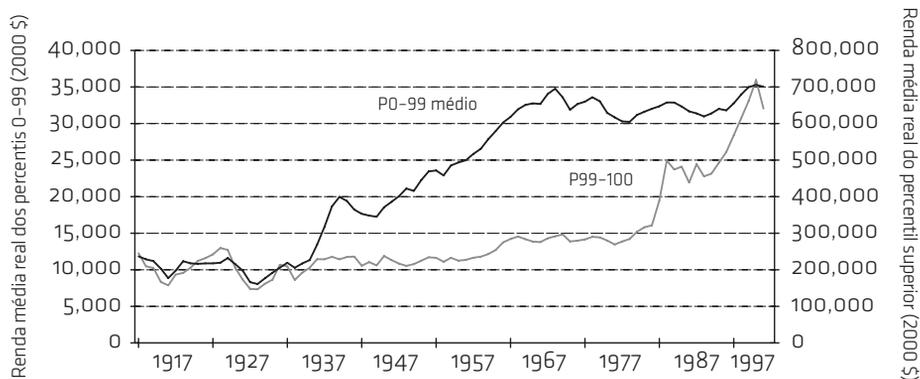
crescimento nos rendimentos domésticos. Na zona do euro, por outro lado, prevaleceu a estagnação: empresas que contraíram grandes dívidas com altas taxas de juros de longo prazo, no final de 1990, para adquirir, por exemplo, novos ativos da economia americana que enfrentaram uma queda nos seus valores e não foram capazes de se libertar do endividamento devido à ausência de políticas monetárias e fiscais expansionistas e à diminuição da demanda no setor privado.

Os contrastantes registros de crescimento nesses dois conjuntos de economia permitiram que os líderes das economias anglo-americanas (EUA, Reino Unido, Irlanda e, em alguns aspectos, Islândia) proclamassem a superioridade de seu modelo de desenvolvimento impulsionado pelas finanças, embora, na prática, ele fosse completamente insustentável e tenha terminado com a mais profunda crise financeira desde a década de 30. O próprio modelo, em si, foi baseado na interação de vários mecanismos. O primeiro foi a criação de uma bolha imobiliária (uma bolha subprime, nos EUA) que gerou rendimentos não ganhos que os beneficiários podiam gastar em sociedades, em muitos casos, cada vez mais desiguais entre si. O segundo mecanismo foi a securitização. O terceiro, a alavancagem. O quarto, um conjunto de mecanismos que transmitiu a crise do setor financeiro à economia real. Cada um desses mecanismos será analisado nos próximos parágrafos.

No centro da onda de crescimento anglo-americano, nos primeiros anos do novo milênio, estava um forte aumento da demanda pelo consumidor. Este ocorreu em sociedades que tiveram fortes aumentos na desigualdade e um crescimento muito lento, na média, dos rendimentos domésticos reais (PIKETTY e SAEZ, 2003). No caso dos EUA, a renda média de 99% das famílias norte-americanas de menor rendimento subiu apenas de US\$ 34,050 em 1972 para US\$ 34,209 em 2002 (Figura 3). De modo mais amplo, houve quedas significativas na distribuição de rendas salariais (PERRONS, 2010).

Nessa situação, o que turbinou o consumo foram o notável declínio das taxas de poupança, o recurso ao crédito e níveis excepcionalmente altos de endividamento: rendas, muitas vezes de credores estrangeiros, não direcionadas para investimentos e crédito imobiliário impulsionaram o crescimento.

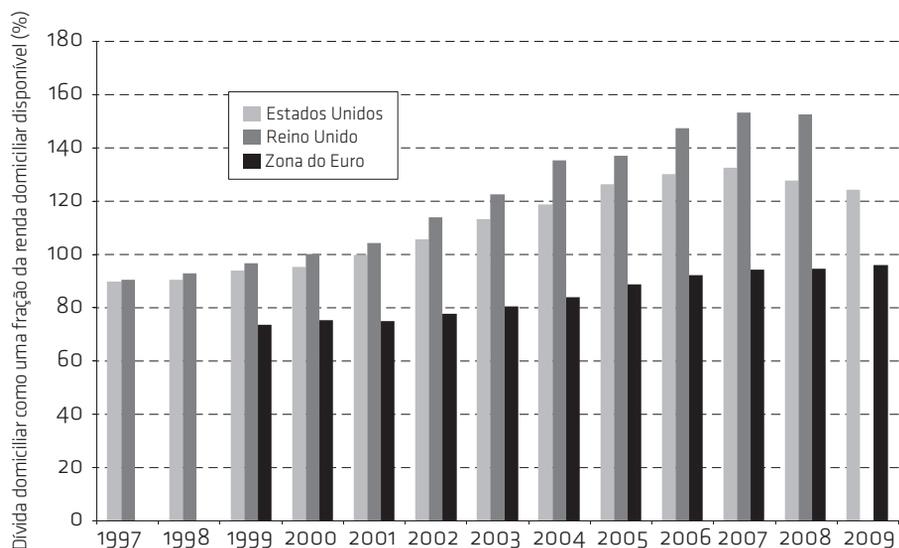
Figura 3. Renda domiciliar real expressa em porcentagens de 0 a 99 e o percentil superior nos EUA.



Fonte: Piketty e Saez (2003).

Um importante fator no crescimento anglo-americano foi a explosão na oferta de empréstimos como resultado da política monetária das autoridades, da liberalização do crédito e da entrada de poupanças vindas do resto do mundo. O preço das habitações aumentou acentuadamente, em relação aos rendimentos, e as famílias de renda mais baixa e potencialmente insolventes foram incentivadas a tomar empréstimos subprime. De modo geral, um grande número de famílias sacou dinheiro ou refinanciou a compra da casa própria a fim de, em detrimento da equidade acionária, favorecer a retirada de capital com o objetivo de financiar as despesas. As dívidas familiares de todo tipo cresceram substancialmente (Figura 4).

Figura 4. Dívida domiciliar como uma fração da renda domiciliar disponível.



Fontes: Reino Unido: Office for National Statistics (ONS), The Federal Reserve e Eurostat.

Em 2006-07, um declínio moderado nos EUA nos preços das casas e uma pequena elevação nas taxas de juros presenciaram o surgimento de graves problemas de inadimplência. As famílias viram-se incapazes de efetuar pagamentos ou refinarciar empréstimos, a inadimplência e as execuções de ordens de despejo subiram dramaticamente e a revenda de casas reempossadas agravou a situação, jogando os preços ainda mais para baixo. A crise no mercado imobiliário colocou em movimento uma crise financeira global que, não fosse uma intervenção maciça do Estado, teria paralisado o mercado internacional de liquidez bancária. A razão de a crise numa única parte do mercado imobiliário ter efeitos tão dramáticos foi resultante de dois outros fenômenos: securitização e alavancagem.

A securitização foi uma mudança no modelo de crédito, trocando o modelo tradicional, segundo o qual os bancos fazem empréstimos e os mantêm até que sejam quitados, por um modelo em que empréstimos são feitos, reempacotados e vendidos como produtos de investimento de baixo risco (Tabela 2 e Aglietta, 2008). A fim de expandir a sua capacidade de oferecer crédito e aumentar os ganhos, os bancos de investimento privado aplicaram a securitização não apenas para garantir empréstimos, mas também para hipotecas subprime de risco. Ao mesmo tempo, balancetes bancários foram agregados pelo uso de verbas tomadas por empréstimo de mercados atacadistas, em vez de originárias de sua própria base de depósitos. A desaceleração do mercado imobiliário resultou no fracasso dos empréstimos e numa

queda acentuada no valor dos ativos securitizados. Essa diminuição no valor dos próprios ativos teve efeito adverso sobre o valor dos produtos securitizados vendidos pelos bancos de investimento.

Tabela 2. Da crise subprime a uma crise de crédito generalizada: dois modelos de crédito.

Iniciando e mantendo	Iniciando e distribuindo (ou vendendo o risco)
O lucro dos credores é uma função crescente do risco assumido	O lucro dos credores é uma função crescente das vendas de créditos
Incentivos para avaliar a solvabilidade dos mutuários	Incentivos para vender crédito com garantias
A assimetria de informações é contida pela proximidade de devedor e credor, o qual monitora o empréstimo durante a celebração do contrato	A assimetria de informações é ampliada pelo fraco incentivo do iniciador a fim de valorizar o risco do credor
Crédito fornecido por bancos com experiência na avaliação de riscos de crédito	Crédito fornecido tanto por bancos quanto por empresas privadas não regulamentadas
Controle prudencial: disposições de capital moduladas nos índices de cauda para riscos de crédito	Nenhum controle prudencial, nenhuma provisão de capital

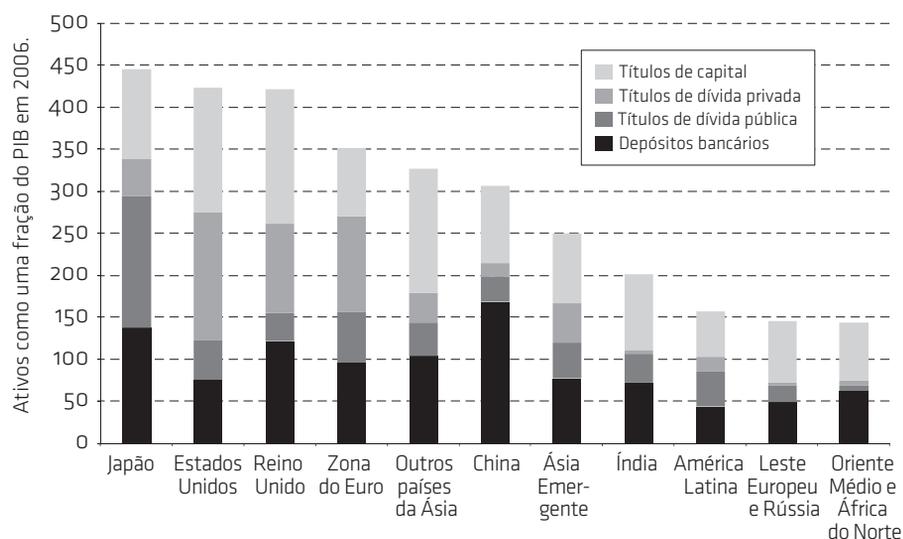
Fonte: Aglietta (2008).

Com a alavancagem, esse declínio no valor dos produtos securitizados levou ao colapso de uma série de bancos de investimento e à paralisia dos mercados financeiros. No caso específico dos ativos securitizados (empréstimos hipotecários) que sustentavam a crise financeira, os próprios ativos foram transferidos de balanços bancários para veículos/canais especiais que vendiam títulos aos investidores. Como aponta Aglietta (2008), esses veículos de investimentos especiais foram responsáveis por dívidas bancárias de curto prazo e papéis comerciais garantidos por ativos altamente alavancados. Tão logo os ativos não puderam ser vendidos devido à preocupação dos investidores com o risco envolvido, os veículos especiais de investimento só puderam refinarçar esses instrumentos de crédito a taxas de juros muito mais elevadas. Ao mesmo tempo, o valor desses ativos não pôde ser fixado, permanecendo desconhecida a distribuição das perdas. Junto com o desejo de economizar dinheiro para satisfazer suas próprias exigências regulamentares e aquelas dos veículos especiais de investimento, a incerteza quanto aos valores dos ativos levou os bancos a pararem de emprestar uns aos outros. O resultado foi uma crise de liquidez no mercado interbancário. As companhias de seguros que deveriam ter fornecido alguma cobertura contra insolvências foram incapazes de lidar com a escala do problema e algumas, posteriormente, faliram. Em 7 de agosto de 2007, os bancos centrais intervieram para evitar o colapso do sistema financeiro.

A crise financeira afetou certas economias muito mais que outras. As mais afetadas negativamente foram as economias anglo-americanas, que haviam seguido o caminho do crescimento movido a finanças e dívidas (EUA e Reino Unido, além de algumas economias menores, como a Irlanda e a Islândia). Esse caminho estava associado a um alto grau de envolvimento do mercado financeiro, impulsionado por valores muito elevados para títulos de dívidas

(Figura 5). Em 2006, as economias de maior profundidade financeira, mensuradas pelo valor dos ativos financeiros, enquanto proporção do PIB, eram os Países Baixos, Japão, Cingapura, Reino Unido, EUA e Espanha. A China também detinha uma participação elevada, mas derivada de uma porcentagem muito alta de depósitos bancários, de uma parte significativa de títulos de capital e de uma parcela muito pequena de títulos corporativos e títulos de dívida. A intensa participação do Japão refletia o alto nível de sua dívida pública. Inversamente, os EUA, junto com Irlanda, Islândia, Espanha e Países Baixos, se caracterizavam todos por uma porcentagem muito elevada de títulos de dívidas (Instituto Global McKinsey, 2008a, 2008b).

Figura 5. A profundidade dos mercados financeiros: ativos como uma fração do PIB em 2006.



Fonte: Gráfico montado a partir de dados do Instituto Global McKinsey (2008a, 2008b).

As organizações, setores e países diretamente responsáveis acabaram transmitindo com rapidez a redução no valor dos mercados financeiros para outras esferas da vida econômica e para outros países. Os desfechos foram variados, conforme se tratasse das próprias economias financializadas, das economias produtoras de *commodities* e das economias orientadas para a exportação.

A transmissão envolveu vários mecanismos. O primeiro foi um desacelerador financeiro. Do lado da oferta, os valores dos ativos em declínio reduziram o valor das garantias e o grau de confiança, o que por sua vez reduziu a disponibilidade de crédito. A redução na disponibilidade de crédito foi agravada pelas dificuldades de financiamento do setor financeiro. Do lado da demanda, a

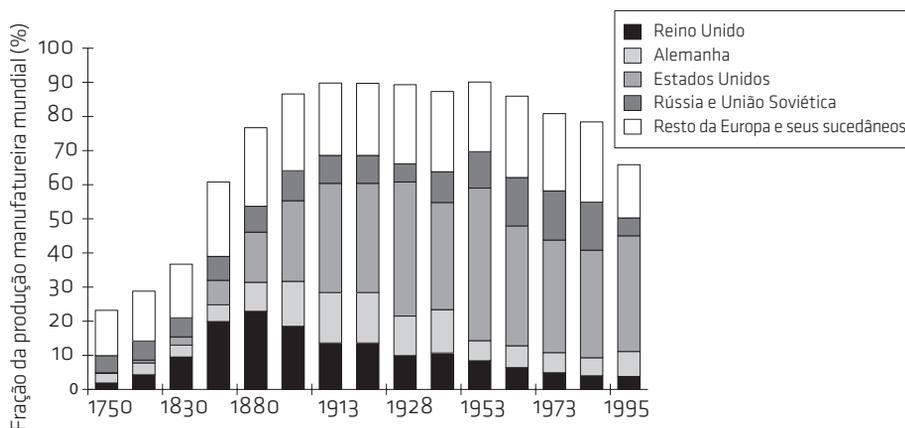
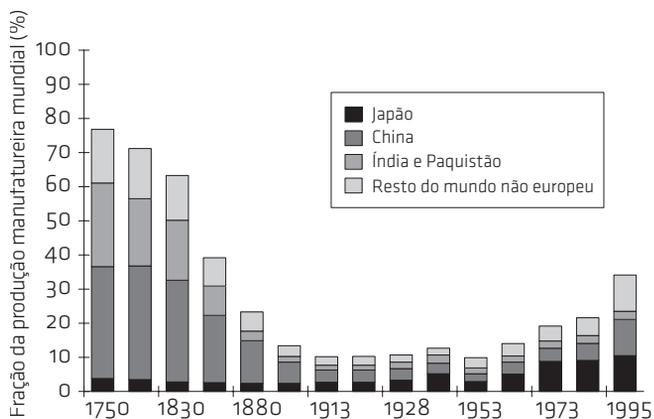
queda no valor dos ativos reduziu a confiabilidade do crédito e as taxas de retorno sobre o investimento, diminuindo o volume de empréstimos. O resultado foi um círculo vicioso. O segundo mecanismo foi o efeito depressivo do declínio em riqueza sobre o consumo, os investimentos e os preços de *commodities*, energia e alimentos, resultando em piores condições comerciais para os exportadores de *commodities*. Isso reduziu, conseqüentemente, o investimento estrangeiro direto e a demanda por importações e exportações de economias orientadas para a exportação, como as da Ásia Oriental. As economias do Leste Asiático e da Alemanha sofreram uma verdadeira implosão de exportações. Na China, estima-se que, inicialmente, até 30 milhões de trabalhadores migrantes empregados nas indústrias exportadoras da costa leste chinesa perderam seus empregos. Os resultados foram um crescimento mais lento e um declínio do emprego, o que prejudicou a renda e o crescimento, gerando outro círculo vicioso.

Globalização assimétrica

Esses modelos ocidentais de crescimento, interagindo de forma assimétrica com os modelos de desenvolvimento das economias emergentes, geraram um conjunto de efeitos que teve implicações profundas nos desenvolvimentos comparativos.

Três tipos de evolução tiveram especial importância. O primeiro foi um esvaziamento da produção nas economias financeirizadas e o conseqüente surgimento de uma nova divisão industrial (Figura 6). A nova fronteira industrial decorre, por um lado, do crescimento significativo nas capacidades industriais de economias emergentes; por outro, de uma recomposição extraordinária dos lucros empresariais nas economias financeirizadas. Nos EUA, por exemplo, em 2003, o setor financeiro foi responsável por 34,8% dos lucros do setor corporativo, enquanto o setor industrial era responsável por apenas 7,8%, em comparação com cerca de 55% no início da década de 50 (DUNFORD, 2005: 156-7).

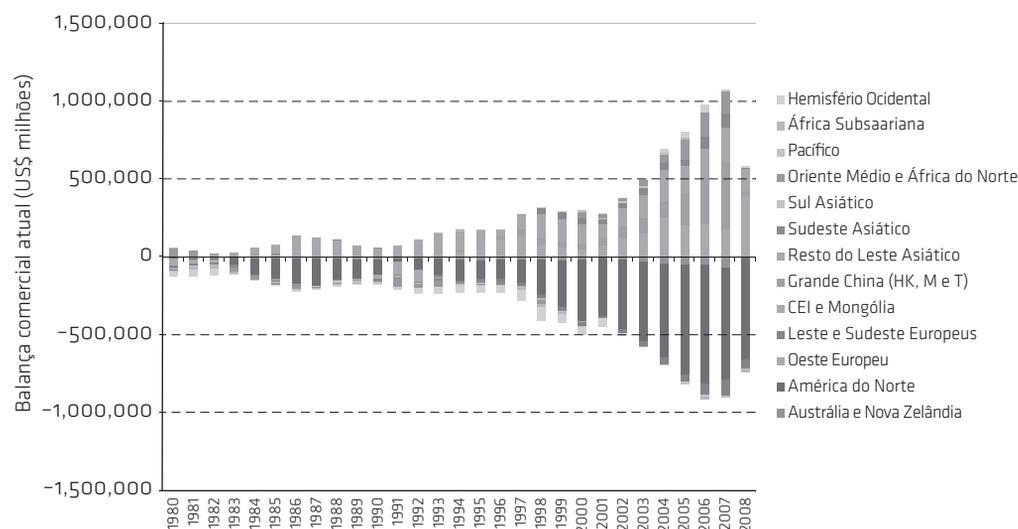
Figura 6. Uma segunda divisão industrial.



Fonte: Gráfico elaborado a partir de dados em Bairoch (1997).

A mudança na geografia das atividades industriais abriu caminho para um segundo fenômeno: o surgimento de crescentes desequilíbrios comerciais no sistema econômico mundial (Figura 7). Tais desequilíbrios, cada vez maiores, foram, em parte, reflexo da guinada na relativa competitividade e nas operações manufatureiras *offshore*, operadas por corporações internacionais que então se deslocaram para as zonas de exportação de economias emergentes, tais como a China.

Figura 7. Atual saldo contábil, 1998–2008.



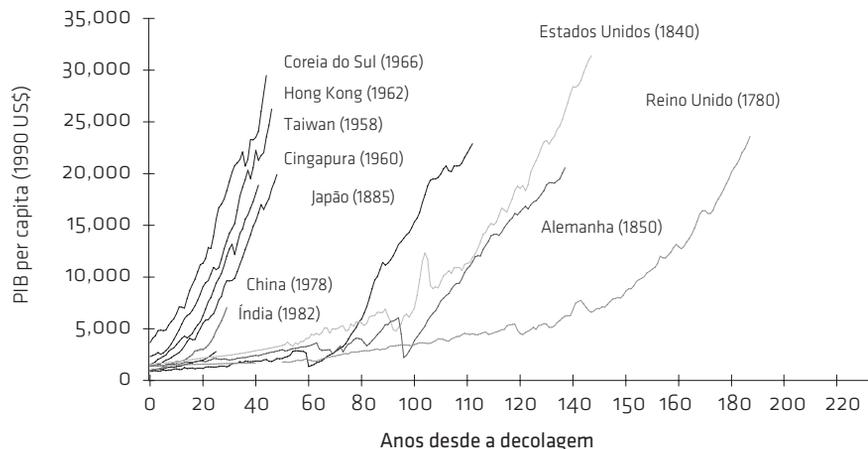
Fonte: Gráfico elaborado a partir de dados do Fundo Monetário Internacional, vários anos.
 Observação: A Grande China inclui: República Popular da China, Hong Kong, Macau e Taiwan.

Esses desequilíbrios comerciais estavam também relacionados a um terceiro fenômeno. Mais especificamente, a medida do crescimento (alimentado por dívidas) de algumas economias avançadas só foi possível, em si mesmo, graças à existência de um conjunto de fluxos complementares de poupança vindos de países emergentes em direção às economias ricas. Os déficits dos EUA e do Reino Unido com o resto do mundo e com a China, por exemplo, só se tornaram possíveis graças ao afluxo de poupança externa. A China comprou títulos do Tesouro dos Estados Unidos para gerenciar sua taxa cambial frente às moedas dos seus principais parceiros comerciais e também para acumular reservas, caso viesse a precisar, com o intuito de se proteger contra os ataques especulativos. Controles de capital também foram utilizados para evitar a entrada de capitais especulativos capazes de forçar para cima a taxa de câmbio chinesa e reduzir o valor em dólares do patrimônio chinês. Em 2009, as reservas internacionais da China atingiram US\$ 2,4 trilhões. De fato, a China ajudava assim a financiar os gastos de consumidores americanos ao mesmo tempo em que os sistemas chineses de saúde, educação e rede de seguridade social cresciam de verbas.

A ascensão da China

Nos últimos 250 anos, a maioria das partes habitadas do mundo experimentou neste ou naquele momento um aumento de suas taxas de crescimento econômico. Um dos fatores que distinguem os países economicamente avançados do resto do mundo é a sua capacidade de sustentar taxas relativamente altas de crescimento econômico durante períodos relativamente longos (ver Figura 8). Como mostra a Figura 8, o Reino Unido (ou melhor, uma fração de regiões industriais do Reino Unido mais o seu capital político, comercial e financeiro) foi a primeira economia industrial moderna. Seu crescimento econômico começou há cerca de 230 anos. Posteriormente, ele foi seguido por vários outros países europeus, entre os quais o mais importante era a Alemanha, e por diversos territórios colonizados por brancos (América do Norte, Austrália e Nova Zelândia). Só durante o período conhecido como Restauração Meiji uma economia não ocidental (a do Japão) assumiria o rumo do moderno crescimento industrial. Após a Segunda Guerra Mundial, o Japão foi seguido por quatro pequenas economias dos Tigres Asiáticos. Até aquele momento, as economias que alcançaram níveis mais altos de riqueza eram poucas, em número e em tamanho. Entre as economias que buscaram adquirir, adotar e desenvolver tecnologias avançadas e que optaram por estreitar sua disparidade de produtividade em relação às economias avançadas, poucas foram bem-sucedidas. Embora tenha havido surtos de crescimento, às vezes com duração de muitos anos, a maioria não conseguiu sustentar altas taxas de crescimento em longo prazo e, portanto, se manteve subdesenvolvida. Nos últimos 30 anos, porém, essa situação começou a mudar, principalmente porque dois gigantes asiáticos, China e Índia, começaram a alcançar altas taxas sustentáveis de crescimento. Em ambos os casos, a natureza das transformações subjacentes foi semelhante. Sociedades majoritariamente rurais e agrícolas foram transformadas de início em sociedades urbanas e industriais. Essas transformações, em todos os casos, geraram profundas dificuldades estruturais e conflitos, à medida que populações rurais eram alienadas de suas raízes, que a produtividade agrícola aumentava, que as cidades cresciam e que novas tecnologias e modos de vida se generalizavam. A Figura 8 também mostra como a velocidade dessas mudanças se acelerou. Para conseguir multiplicar por cinco o seu PIB real inicial per capita, o Reino Unido levou mais de 160 anos, a Alemanha mais de 108 anos, os EUA mais de 100 anos e o Japão mais de 75 anos. Um aumento similar custou à Coreia do Sul um pouco mais de 22 anos, a Hong Kong um pouco mais de 28 anos, a Formosa um pouco mais de 24 anos e a Cingapura um pouco mais de 26 anos. A China levou pouco mais de 25 anos, mas, no seu caso, note-se que precisou mudar a vida de quase um quinto da população mundial. Não só a velocidade da mudança se acelerou, comprimindo em algumas décadas o que outrora levava séculos, mas também jamais teve precedentes a escala dessa mudança.

Figura 8. Trajetórias do crescimento econômico desde a decolagem.

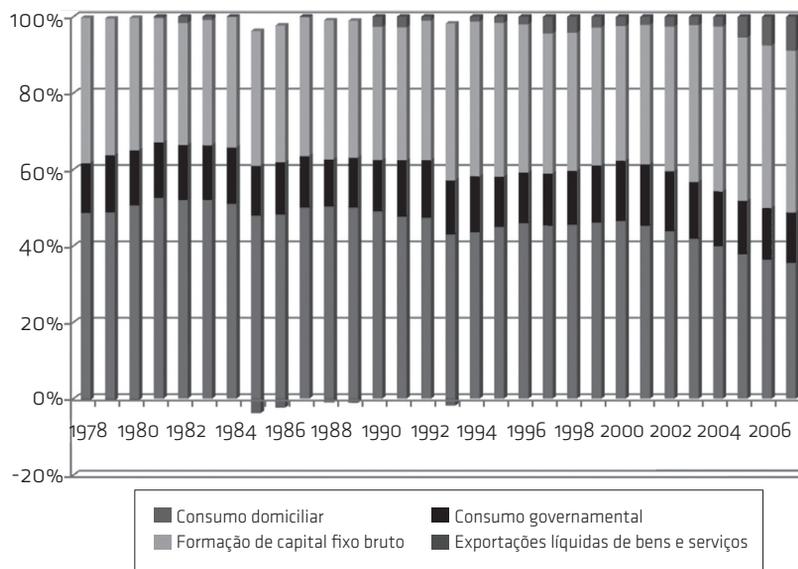


Fonte: Gráfico elaborado a partir de dados em Maddison (2008).

O crescimento econômico da China foi especialmente intensivo em capital, em parte como resultado de um investimento maciço do governo central em infraestrutura física e em construção urbana. A Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) tem sido responsável por pelo menos um terço do PIB chinês desde o final da década de 70. Em 2004, a sua participação no PIB superou a do consumo das famílias (Figura 9). Em 2007, a FBCF foi responsável por mais de 42% do PIB, e o consumo das famílias por apenas 35%. As exportações também tiveram um papel importante no crescimento chinês, embora exportações líquidas representem menos de 10% do PIB. Com o crescimento, a China vem testemunhando um notável declínio da pobreza, conforme avaliado pelo Banco Mundial (CHEN e RAVALLION, 2008). Em 1981, 1,515 bilhão de pessoas no mundo e 730 milhões na China viviam com menos de US\$ 1 por dia, ou seja, com o Poder de Compra Padrão (Purchasing Power Standard – PPS). Em 2005, o número mundial era de 876 milhões, mas a cifra chinesa de apenas 106,1 milhões. Quase todo o declínio global da pobreza (menos 639 milhões de pessoas) foi atribuído ao declínio ocorrido na China (menos 623,9 milhões). O progresso chinês tem gerado, no entanto, uma série de grandes desequilíbrios internos e externos, cuja retificação será uma condição para a continuidade do crescimento sustentado. Internamente, o crescimento chinês tem levado ao esgotamento de recursos, a danos ambientais, à desigualdade social e aumentado as diferenças em desenvolvimento entre o litoral leste, mais o centro, o nordeste e o oeste, altamente desenvolvidos, de um lado, e as áreas urbanas e rurais, de outro. Em 2009, a renda per capita líquida das áreas urbanas era 3,33 vezes superior àquela das áreas rurais (Instituto Nacional

de Estatísticas – INE, 2010). Externamente, o crescimento chinês tem gerado altos níveis de demanda por recursos naturais, grandes quantidades de poluição e crescentes superávits comerciais com os EUA e a União Europeia.

Figura 9. Composição do PIB chinês, 1978-2007.



Fonte: Gráfico elaborado a partir do INE (vários anos).

Como macroexportadora, a China se viu afetada de forma muito adversa pela transmissão da crise financeira à economia real. A reação imediata do governo chinês foi um maciço estímulo fiscal. O êxito de qualquer conjunto de reformas depende também, entretanto, da capacidade da China de alterar o seu modelo de desenvolvimento numa direção que lhe permita o crescimento ecologicamente sustentável e a integração de seu mercado interno, potencialmente robusto, a fim de abrir caminho para um modelo de crescimento mais orientado para o mercado doméstico. Uma tendência nesse sentido implica maiores rotatividade agrária e renda rural, bem como mais empregos extra-agrícolas destinados a reduzir a divisão rural/urbana, um crescimento da renda rápido no nordeste, no centro e no oeste do país, economicamente subdesenvolvidos, e o aperfeiçoamento da proteção social, permitindo uma redução nos índices de poupança. Embora o conceito de sociedade harmoniosa recém-adotado na China represente a ambição de rumar nessas direções, o sucesso de tal tipo de transição dependerá de uma série de medidas muito mais concretas, das quais o recente estímulo fiscal é apenas um exemplo. No restante deste trabalho, examinaremos o respectivo plano chinês de isenções fiscais, analisando em especial o que ele revela das fraquezas estruturais e das forças potenciais da

economia chinesa e até que ponto ela representa uma ação direta rumo a um novo modelo de futuros crescimento e desenvolvimento sustentáveis.

O governo chinês anunciou seu plano de isenções no valor de ¥ 4 trilhões (4.000.000.000.000 renminbi ou US\$ 586 bilhões) em novembro de 2008. O plano tem foco em dez grandes áreas, entre elas a habitação de baixa renda, a infraestrutura rural, o transporte, a saúde e a educação, a energia e o meio ambiente, a inovação tecnológica e a reconstrução pós-terremoto em Sichuan; e visa a contrabalançar a recessão mundial, assim como melhorar a competitividade da economia em longo prazo (Tabela 3). O governo central contribui com 29,5% do orçamento total. Os restantes ¥ 2,82 trilhões (incluindo a emissão de títulos) virão de financiamentos de governos municipais e empréstimos bancários (Banco Mundial, 2009a: 17-18). Neste trabalho, focamos os impactos em potencial de cinco aspectos específicos do programa de incentivos, os quais se relacionam à remodelação em médio prazo do padrão de desenvolvimento adotado: infraestrutura física; capacidade e eficiência energética em pesquisa e desenvolvimento; indústrias orientadas à exportação; educação e previdência social e gastos dos consumidores.

Infraestrutura física e a volatilidade de fluxos de capitais

O traço mais marcante do plano de isenções com dez itens é o fato de que uma série de robustos projetos orientados à infraestrutura responde por quase a metade (46,75%, dos quais 9,25% são destinados à infraestrutura rural) do orçamento (Tabela 3). Esse investimento de ¥ 1500 bilhões em infraestruturas físicas representa uma injeção de capital em curto prazo nos setores de ferro e cimento e em outros setores ligados à construção. Além do mais, ele deverá trazer efeitos benéficos de longo prazo para a economia, ao aliviar gargalos na rede ferroviária intensamente utilizada e aumentar a capacidade da rede de energia elétrica.

Tabela 3. Os 10 itens no Programa de Estímulos na China, 2008-2010

CATEGORIAS	FINANCIAMENTO TOTAL	
	Em bilhões de ¥¥	Percentual
Infraestrutura pública	1500	37,50
<ul style="list-style-type: none"> • Ferrovias • Redes elétricas • Suprimento d'água • 445 km de estradas • 100 mil m² de prédios de terminais de aeroportos 		
Assistência social	400	10,00
<ul style="list-style-type: none"> • 864 mil unidades de habitação popular para domicílios de baixa renda • 9,7 bilhões de iuanes distribuídos por 74 milhões de pobres vivendo de subsídios de renda mínima, desempregados ou recebendo assistência financeira 		
Desenvolvimento rural	370	9,25
<ul style="list-style-type: none"> • Eletricidade • Acesso a água potável para 50 milhões de pessoas • 120 grandes projetos hidrológicos • 20 mil km de estradas 		
Inovação tecnológica	370	9,25
<ul style="list-style-type: none"> • 176 projetos high-tech de P&D a fim de implementar a competitividade em 10 setores industriais vitais 		
Energia e meio ambiente	210	5,25
<ul style="list-style-type: none"> • Energia renovável • Instalações de água tratada e saneamento • Estações de tratamento de esgoto • 15 milhões de MU de reflorestamento* 		
Saúde, educação e cultura	150	3,75
<ul style="list-style-type: none"> • 20 bilhões de iuanes para 6.500 projetos de construção para o sistema de saúde, incluindo 986 hospitais nas províncias, 3.549 centros de saúde municipais e 1.154 centros de saúde comunitários • Construção de escolas (1,26 milhão de m²) e hospitais 		
Reconstrução pós-terremoto em Sichuan	1000	25,00
TOTAL	4000	100,00

Fontes: Compilado de Zhang (2009); China Daily, 3 de julho de 2009.

Observação: No Plano original de isenções fiscais, de novembro de 2008, a saúde e a educação correspondiam a apenas, aproximadamente, 1%, enquanto a infraestrutura correspondia a quota maior.

*MU é uma medida de área chinesa que corresponde a 1/15 de hectare (N.E.).

O investimento de ¥ 370 bilhões no desenvolvimento rural compreende, principalmente, projetos de infraestrutura física em áreas rurais, como a construção de 20 mil quilômetros de estradas. Esses projetos deverão melhorar a acessibilidade de aldeias chinesas longínquas, situadas em províncias do interior. Em contraste com os investimentos prévios do governo em infraestrutura destinados a atender às necessidades industriais, alguns dos projetos são fomentados em favor de metas desenvolvimentistas para aumentar em longo prazo os padrões de vida da população. Um importante exemplo é o plano para incrementar o acesso de 50 milhões de habitantes a água potável, o que aumentará os padrões sanitários e a qualidade de vida dos domicílios pobres.

As medidas fiscais e monetárias expansionistas do governo chinês já estão ajudando a neutralizar o impacto econômico da recessão mundial. Dados precoces indicam que os governos subnacionais estão dispostos a tais maciços programas de investimentos, em parte porque podem com facilidade garantir empréstimos preferenciais de bancos estatais (ou State-Owned Commercial Banks – SOCBs, na sigla em inglês) (ver Yeung, 2009b, quanto aos critérios de empréstimo dos SOCBs). A rápida reação de autoridades subnacionais, o soerguimento de quotas de crédito e o rebaixamento de proporções na reserva de SOCBs – de 17,5% para 14-15% por parte do Banco Popular da China (segundo o Banco Mundial, 2009b), junto com o rebaixamento da exigência do governo central de mercados de capitais de investimento em ativos fixos, feito em maio de 2009, tudo isso vem contribuindo para índices quase frenéticos na expansão do crédito. Só na primeira metade de 2009, os SOCBs emprestaram ¥ 7,37 trilhões (US\$ 1,08 trilhão), quase o dobro dos empréstimos totais feitos ao longo de todo o ano de 2008 (CRBC, 2009b).

Apesar de essa maciça injeção monetária, junto com as medidas monetárias expansionistas, abastecer o futuro crescimento econômico em períodos vindouros, o estímulo também contém determinados riscos. Um deles é o possível aumento no valor dos créditos vencidos nos SOCBs. Ao término de 2009, os créditos vencidos junto aos SOCBs permaneciam em apenas 1,8% (¥ 357 bilhões), enquanto a proporção da cobertura dos aprovisionamentos (163%) era mais alta do que aquela de 150% estipulada pela Comissão Regulamentadora Bancária da China (CRBC, 2010). Uma onda de empréstimos pelos SOCBs pode levar a projetos de infraestrutura de baixo custo-benefício se os projetos com verbas alocadas por autoridades governamentais municipais voltadas para um crescimento isolado de riscos (risco moral) carecerem de cuidadosos estudos de viabilidade financeira; se as autoridades buscarem explorar as oportunidades de aluguéis; ou se as empresas estatais fornecerem seguro para empréstimos bancários preferenciais e contratos governamentais. Em todos os casos citados, pode ser questionável a eficácia do custeio de projetos de longo prazo.

Uma segunda preocupação é a de que a combinação entre, de um lado, um aumento substancial na liquidez e uma pressão mínima, para cima, sobre as taxas de juros, e, de outro lado, uma ausência de opções de investimentos municipais e controles de capital por parte do governo central contém os riscos de uma liquidez excessiva, uma má alocação do crédito, uma inflação de ativos (e subsequentes bolhas de ativos), e um influxo de capital especulativo, somando-se tudo isso ao risco de um eventual aumento dos créditos vencidos junto aos SOCBs. De acordo com Wei Jianing, vice-diretor da Comissão Nacional de Desenvolvimento e Reforma, cerca de metade dos novos empréstimos bancários, no primeiro semestre de 2009, foi dedicada a projetos de infraestrutura física, enquanto a outra metade era direcionada aos mercados de bens móveis e imóveis (China Daily, 13 de julho de 2009).

As mais altas autoridades regulatórias chinesas têm consciência do perigo em potencial da rápida expansão do crédito no país. O presidente da Comissão Regulatória de Bancos na China (CRBC), Liu Mingkang, disse, em público, que a rápida e “imprudente” expansão de empréstimos bancários, no primeiro semestre de 2009, aumentou as possibilidades de inadimplência financeira devido aos riscos financeiros dos projetos de investimentos, à concentração dos empréstimos e ao superaquecido mercado imobiliário (LIU, 2009). Subsequentemente, a CRBC encomendou aos SOCBs garantias para que novos empréstimos fossem canalizados para a economia real em vez de redirecionados aos mercados de capital ou imobiliário (CRBC, 2009a).

Outro risco, no entanto, é o de que aumentos nos preços em mercados de capital e imobiliário na China, combinados com as taxas de juros historicamente baixas na maioria dos países desenvolvidos, possam elevar os preços das *commodities* e estimular um afluxo de capital estrangeiro para dentro da China. Um possível resultado serão taxas mais altas de juros de títulos no mercado e uma recuperação econômica mais lenta nos países desenvolvidos, enfraquecendo a demanda dos principais mercados externos por produtos chineses. A inconvertibilidade da moeda chinesa e as maciças reservas da China, de US\$ 2,4 trilhões em moeda estrangeira, agem como uma barreira de segurança temporária face à volatilidade dos fluxos de capital e ciclos de ascensão-e-queda, porém, o Banco Popular da China poderá ter dificuldades em designar um “acabamento final” para seu excesso de câmbio externo com a finalidade de manter a taxa cambial indexada de sua própria moeda.

Capacidade de Pesquisa & Desenvolvimento (P&D) e eficiência energética

Embora investimentos infraestruturais representem de várias maneiras um prolongamento do modelo chinês anterior de desenvolvimento, o Plano também inclui ambiciosas metas de geração de energia, em busca de uma guinada estratégica rumo ao uso de combustíveis não fósseis em linha com a recente guinada na direção de um desenvolvimento harmonioso. A fim de reduzir a intensidade da incidência de carbono em 45%, de 2005 até 2020, a China planejou uma significativa redução na sua dependência da geração de energia de carvão no próximo decênio. O carvão respondia, em 2008, por 76% da capacidade energética, mas ela espera reduzi-lo para 55% até 2020, e para 37% até 2050 (He e Zhang, 2005: 89; China Daily, 22 de fevereiro e março de 2010). Mais especificamente, o Plano vislumbra esquemas de subsídios e apreçamento para aperfeiçoar a geração de energia e a eficiência da transmissão; aproveitar a energia renovável e aumentar a capacidade de P&D em energia renovável, com a meta última de desenvolver uma rede de suprimento de energia completamente renovável em toda a China, onde as indústrias de energia renovável vêm crescendo com rapidez desde a sua concepção original na década de 80.

A China tem sido o maior fornecedor mundial de painéis solares fotovoltaicos (PV) desde 2007. Após a adoção de medidas buscando um status fiscal favorável aos investimentos em energia alternativa, conforme a Lei da Energia Renovável de 2005, a capacidade instalada de turbinas eólicas tem dobrado a cada ano, alcançando 25,1 gigawatts (GW) ao final de 2009. A China sobrepujou os EUA como o maior mercado mundial de turbinas eólicas, em 2009 (Li *et al.*, 2008; CMEE, 2010; China Daily, 31 de janeiro de 2010). A fim de aproveitar e apoiar o desenvolvimento de energia renovável, o governo central planeja estabelecer um enorme parque de energia renovável de 11.950 megawatts (MW) na cidade de Ordos, na Mongólia Interior: 6.950 MW de parques eólicos, 3.900 MW de usinas elétricas fotovoltaicas, 720 MW de parques termais solares, 310 MW de operações de biomassa e 70 MW de hidroarmazenamento (International Herald Tribune, 9 de setembro de 2009).

No entanto, disputas comerciais em potencial e o uso ineficiente dos recursos poderão retardar ou mesmo inviabilizar o desenvolvimento em longo prazo dos setores de energia renovável na China. Em primeiro lugar, embora a China não tenha ainda assinado o acordo lateral da Organização Mundial do Comércio (OMC) para aquisições governamentais, outros membros da OMC alegam que as empresas de financiamento estrangeiro estão em desvantagem, na China, ao competir por encomendas governamentais. Por exemplo, a medida de exigência de conteúdo local chinês determinou que as empresas licitantes para a primeira usina chinesa de energia solar, em 2009, produzissem pelo menos 80% dos equipamentos na própria China. Em 2008, a China respondeu

por cerca de um terço da produção mundial de células solares, sendo 95% de sua produção exportada para os EUA e a Europa (China Daily, 19 de agosto de 2009). Com 30% de redução nos custos de produção, os fabricantes chineses de PV poderão, nos próximos anos, pressionar os principais fabricantes (alemães) de PV, pois custa à Ersol alemã US\$ 1,01 por watt produzir uma célula solar, em comparação com os meros US\$ 0,35 por watt que custam à Suntech chinesa (The Straits Times, 19 de agosto de 2009). Além disso, em 2009, o governo chinês banuiu a instalação de turbinas eólicas com capacidade inferior a 1.000 quilowatts (kW), excluindo, na prática, os projetos de 850 kW, muito favorecidos por fabricantes europeus desde que o mercado chinês começou a florescer (International Herald Tribune, 13 de julho de 2009).

Em segundo lugar, os padrões chineses de energia renovável para companhias locais fornecedoras de eletricidade poderão também sofrer algumas consequências inesperadas. Uma diretiva do governo central, em setembro de 2007, estipulava que grandes usinas elétricas precisavam gerar no mínimo 3% de sua energia, até o final de 2010, a partir de fontes renováveis diferentes das fontes hidrelétricas. Essa cifra chegará a 8% até o final de 2020. Como os padrões ditam apenas a proporção da capacidade geradora, e não a verdadeira quantidade de eletricidade que precisa ser gerada a partir de fontes renováveis, as usinas elétricas chinesas maximizadoras de lucros têm um incentivo para adquirir turbinas eólicas mais baratas, disponíveis localmente para aumentar sua capacidade de gerar energia renovável. Empresas chinesas fornecedoras de eletricidade ainda preferem as turbinas fabricadas *in loco*, mesmo que elas se estraguem com mais frequência, produzam menos eletricidade (em parte devido à pobreza de conexão entre as turbinas e as redes elétricas) e o custo de sua durabilidade seja equiparado ao das turbinas europeias (International Herald Tribune, 13 de julho de 2009).

Indústrias orientadas à exportação

A fim de abrandar o impacto da recessão sobre indústrias orientadas à exportação, em janeiro de 2009 o governo chinês adotou um amplo plano de revitalização com vistas a melhorar a competitividade de dez setores industriais. Além de medidas bancárias preferenciais para as indústrias leves e pesadas priorizadas (têxteis e vestuário, eletrônica e informação, maquinaria e estaleiros, entre outros setores), de maiores descontos de IVA (Imposto sobre Valor Adicional) e da decisão de permitir que gastos de capital sejam deduzidos do IVA, o Plano deverá melhorar o fluxo de caixa dos setores exportadores.

Na eventualidade de as indústrias exportadoras sofrerem com a recessão, o impacto deverá ser equacionado sob uma perspectiva mais ampla. De acordo

com a Administração Geral Alfandegária (AGA) (2010), o valor da exportação decresceu 16% ano ao ano para US\$ 1.201,66 bilhão em 2009. Ainda assim, o crescimento excepcional no valor das exportações desde que a China entrou para a OMC, em 2001, deve ser levado em consideração. Entre 2002 e 2007, o crescimento médio anual do valor de exportação da China era de 29%, ou seja, dez pontos percentuais a mais do que a correspondente taxa de crescimento desde 1978 (INE, estatísticas de múltiplos anos). Esse período de excepcional crescimento do comércio internacional coincidiu com o rápido crescimento econômico mundial e gerou um superávit de US\$ 629,3 bilhões para a China. Uma queda de dois dígitos no valor total das exportações é custosa para as firmas fabricantes orientadas à exportação, e, portanto, 2.542 empresas estrangeiras, em Guangdong, fecharam suas portas em 2008 (China Daily, 31 de agosto de 2009), despedindo quase 30 milhões de operários migrantes nas províncias litorâneas. No entanto, esse declínio simplesmente trouxe o valor das exportações de volta à cifra de 2007, US\$ 1.218 bilhão. Portanto, os pessimistas continuam inconsoláveis com suas avaliações sobre o futuro das indústrias exportadoras chinesas.

A fim de contrabalançar as exportações em declínio, muitas empresas voltaram a atenção para o mercado interno, embora estejam limitadas, em parte do seu espaço de manobra, por especificidades de gosto e de produto por parte do consumidor, e pela extensão limitada do mercado interno (ver adiante). Nos setores de vestuário e mobiliário, por exemplo, tamanhos e estilos de produtos são específicos por cada região e mercado. Assim, o cancelamento das encomendas feitas por compradores estrangeiros resultou em pilhas de estoque de suéteres de caxemira “tamanho G” na China; como os suéteres foram talhados para os tamanhos de usuários americanos e europeus, os fabricantes chineses puderam vender apenas localmente os suéteres de “tamanho S” (pequeno) (International Herald Tribune, 20 de junho de 2009). Os setores de exportação dependem de nuances como essas. Custosos investimentos para desenvolver desenhos diferentes, ou mesmo novas linhas de produtos, a custo mais baixo, talvez se tornem inevitáveis antes de os fabricantes chineses, com suas margens de lucro tão finas quanto uma “lâmina de barbear”, poderem explorar o mercado interno.

Redes de saúde pública, educação, habitação e seguridade social

A saúde, a educação e a seguridade social respondem por 13,75% no orçamento do Plano de Isenções, dos quais há ¥ 400 bilhões reservados à melhoria do bem-estar social (Tabela 3). O projeto de assistência social inclui a construção de 864 mil unidades de habitações populares para domicílios de baixa renda. A fim de encorajar incorporadores a construir habitações de baixo custo, em maio de 2009 o governo central reduziu de 35% para 20% do investimento

total a exigência mínima para capital de giro.

Em acréscimo à triplicação do orçamento original para a saúde e a educação, em janeiro de 2009 o Conselho de Estado injetou mais ¥ 850 bilhões (US\$ 123 bilhões), incluindo ¥ 331,8 bilhões do governo central, no sistema de saúde. Esse novo plano de gastos teve por objetivo melhorar a saúde e fornecer cuidados médicos básicos a mais de 90% da população total até 2011 (Banco Mundial, 2009a: 17; China Daily, 9 de agosto de 2009). Para atingir a meta de pelo menos um hospital padronizado em cada município e vários centros de saúde comunitários qualificados em cada condado ou aldeia, o Ministério da Saúde anunciou, em julho de 2009, que ia gastar ¥ 100 bilhões (US\$ 14,7 bilhões) para construir e equipar 10 mil instituições médicas de base até 2011. Esse investimento se soma aos ¥ 20 bilhões alocados para a construção de milhares de hospitais e centros de saúde no Plano de Isenções (Tabela 3; China Daily, 3 de julho e 9 de agosto de 2009).

Os ambiciosos planos de investimento devem melhorar, é claro, o fornecimento de serviços de saúde e redes de seguridade social para os pobres na China, mas não resolverão os problemas de finança e acessibilidade. Primeiro, não é certo que esses projetos de investimento terão assegurado o necessário apoio financeiro dos governos locais. Antigos problemas relativos à adequação de transferências fiscais intergovernamentais – tendo em vista a responsabilidade de governos municipais chineses por uma quota muito maior de gastos que a da maioria dos outros países – ainda precisam ser resolvidos. No momento, também não existem acertos institucionais adequados para canalizar recursos das áreas ricas para as pobres, de modo a garantir níveis mínimos de fornecimento de serviços públicos (Banco Mundial, 2009b: 14).

Em segundo lugar, a construção de hospitais e clínicas, por si só, não vai melhorar a acessibilidade à saúde. A porcentagem de gastos farmacêuticos relativa a gastos totais com a saúde na China era de cerca de 45% em 2003, em comparação com apenas 15% em países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) (Financial Times, 19 de agosto de 2009). Como as vendas de remédios nas áreas rurais respondem por quase 50% das receitas de centros de saúde, a reforma do sistema de saúde só terá êxito se a prática desenfreada de receitar remédios e tratamentos desnecessários para financiar o setor médico for devidamente controlada (ver Wagstaff *et al.*, 2009). É fato que o Ministério da Saúde vem trabalhando com a Comissão Nacional de Desenvolvimento e Reforma para financiar a operação de todos os hospitais e centros de saúde na China. A fim de lidar com os altos custos da medicina, o governo central planeja adquirir e distribuir aos pacientes centenas de remédios essenciais com preços tabelados (China Daily, 27 de fevereiro de 2010). No momento, é cedo para avaliar os impactos em potencial de tais planos para a acessibilidade aos tratamentos de saúde na China. O que está claro é que a

população está envelhecendo (em 2007, a taxa de dependência era de 37,42; com 9,36% da população com 65 anos ou mais) e a proporção entre aposentados (com seguro básico de aposentadorias) e trabalhadores estava aumentando (em 2007, a proporção era de aproximadamente 1:4) (INE, 2008). Combinadas com os problemas não solucionados acima citados, certas tendências demográficas terão implicações de longo prazo sobre os sistemas de saúde e seguridade social.

Capacidade da economia consumidora

Para estimular o consumo privado e canalizar os produtos dos recessivos setores exportadores rumo ao mercado doméstico, os governos central e locais implementaram uma série de medidas, entre elas subsídios para o consumo privado de selecionadas *commodities* e a impressão de cupons de consumo.

Sob o esquema de subsídios de compra para domicílios rurais, entre fevereiro de 2009 e 2012, cada residência se qualificou para um subsídio de 13% no preço da aquisição de eletrodomésticos de seus respectivos governos locais. O governo central forneceu 80% dos subsídios e os restantes 20% foram financiados pelos governos municipais (Banco Mundial, 2009a: 18). Além de reduzir à metade (para 5%) o imposto de varejo sobre carros pequenos com capacidade motora igual ou inferior a 1,6 litro, o governo reservou ¥ 5 bilhões (US\$ 730 milhões) para subsídios financeiros destinados a encorajar proprietários particulares a efetuarem um upgrade nos veículos envelhecidos e poluidores.

De acordo com o Instituto Nacional de Estatísticas (INE), o gasto com consumo per capita de residentes chineses urbanos atingiu ¥ 5979 (US\$ 875) no primeiro semestre de 2009, ou seja, um aumento anual de 8,9% (10,3% em aumento real, uma vez deduzidos os fatores de preço) (INE, 2009a). As vendas no varejo cresceram 15,1% ao ano nos primeiros oito meses de 2009, atingindo ¥ 7876 bilhões (INE, 2009b). Evidências disponíveis sugerem que o regime de subsídio para automóveis alcançou certo grau de sucesso. Em 2009, a produção chinesa de automóveis e respectivas vendas atingiram 13,5 milhões de unidades, tornando-se o maior mercado do mundo. O Ministério do Comércio também previu a substituição, em 2009, de 2,7 milhões de veículos por carros novos com menor consumo (cerca de 5% a 10% a menos) de combustível, melhorando assim as condições ambientais (China Daily, 15 de julho de 2009 e 10 de fevereiro de 2010).

O impacto econômico desses esquemas depende, em parte, de sua continuação e, portanto, também dos critérios de participação das autoridades governamentais locais, que têm de financiar uma parcela das iniciativas. Permanece duvidosa a capacidade do mercado consumidor de suportar um crescimento rápido sem grandes subsídios governamentais ulteriores. No

momento, a China não é uma grande economia consumidora, embora, em termos absolutos, a sua “classe média” seja enorme. Estima-se que o número de domicílios com mais de US\$ 1 milhão em ativos líquidos na China cresceu de 124 mil, em 2001, para 310 mil ao final de 2006. A China se classifica atualmente em quinto lugar, em termos de número de domicílios milionários em todo o mundo, logo abaixo dos EUA, Japão, Reino Unido e Alemanha. Com US\$ 2,5 trilhões em ativos financeiros domiciliares totais (com exceção de bens imóveis e industriais), a China é o segundo maior mercado bancário privado, logo abaixo do japonês (YEUNG, 2009a).

Essas cifras-chave devem sempre ser examinadas com cautela, 310 mil domicílios respondem por apenas 0,07% da população chinesa (presumindo-se três pessoas por domicílio). Os números empalidecem em comparação com os 207 milhões (15,9% da população) situados em 2005 abaixo da linha de pobreza, segundo o Banco Mundial (US\$ 1,25 por dia, em PPCs de 2005) (CHEN e RAVALLION, 2008). Embora as dimensões da pobreza tenham declinado dramaticamente, a desigualdade cresceu. O coeficiente de Gini subiu de 0,288, em 1981, para 0,458, em 2000, caindo para 0,415 mais recentemente (JOMO, 2006; PNUD, 2009). A desigualdade chinesa possui forte dimensão rural-urbana. Em 2007, domicílios rurais ainda respondiam por 55% da população e 60% da força de trabalho chinesa. No mesmo ano, havia 41,7 milhões de moradores rurais entre os 64 milhões de pessoas abaixo da linha oficial da pobreza e recebendo o auxílio mínimo de subsistência (INE, 2008). É muito pequena a capacidade dessa parcela da população de gastar dinheiro além dos bens essenciais de uma cesta básica.

Da renda recebida, uma grande proporção é economizada, em boa parte devido à falta de redes de segurança social. O consumo domiciliar, enquanto proporção do PIB, decresceu cerca de 50%, no final dos anos 1970, para alcançar a baixa recorde de todos os tempos, 35%, em 2007, em comparação com cerca de 70% registrado nos EUA (Figura 9; INE, 2008). O mercado doméstico potencial é enorme, mas o poder de consumo per capita é, no momento, relativamente pequeno.

Conclusões

Nos últimos anos, o crescimento relativamente célere da China e de outras grandes economias emergentes e o crescimento mais ou menos lento da Europa e do mundo colonizado pelos europeus deram uma significativa contribuição à convergência global, muito embora algumas partes do mundo ainda procrastinem no ritmo de seu desenvolvimento. Nos anos vindouros é provável que essas tendências continuem. Nas regiões economicamente avançadas do mundo, um

crescimento um pouco lento (e, espera-se, ecologicamente sustentável) é quase certo. Importantes são a composição e a utilidade social do crescimento, por um lado, e a distribuição da renda e da riqueza, por outro (Storper, 2011). Quanto a modelos de desenvolvimento, uma possibilidade é a de que Boyer (2004) chamou de modelo de desenvolvimento antropogenético, no qual a saúde, a educação e a cultura são as causas diretas do desenvolvimento demográfico e do estilo de vida. Nas sociedades em processo de envelhecimento, esse tipo de modelo poderia ser complementado por um novo conjunto de complementaridades do tipo centro-periferia, envolvendo transferências de capital em vez da mobilidade de trabalhadores e da difusão de tecnologia, graças às quais a riqueza acumulada em países avançados adquire uma renda permanente vinda do resto do mundo e devido ao investimento coletivo em ativos reais no exterior. Isso daria uma contribuição decisiva para a melhoria das condições de vida nas economias emergentes.

A China, por outro lado, tem potencial para várias décadas de crescimento econômico sustentado. No caso chinês, uma maior convergência global é possível desde que o país saiba lidar com as crescentes divisões entre o rural e o urbano e entre o Oriente e o Ocidente (DUNFORD e LI, 2010) e saiba superar os obstáculos a um crescimento ecologicamente sustentável e domesticamente orientado, sobretudo mediante uma eficaz integração entre a metade rural da população e um mercado interno em expansão e mediante o enfrentamento da questão ambiental. O recente programa de estímulos é um instrumento eficaz para reduzir os impactos imediatos da crise financeira e da recessão global. No entanto, por si só, ele não representa um modelo alternativo viável de desenvolvimento. Tal como no caso do modo de crescimento econômico vigente, o modelo promovido pelos estímulos fiscais ainda é também, em grande parte, impulsionado pela formação de capital bruto; e a China pode muito bem encontrar uma série de armadilhas na trajetória para alcançar os países economicamente desenvolvidos da Europa e do mundo colonizado outrora pelos europeus.

A análise apresentada neste artigo é, em síntese, bastante diferente do argumento, bem mais simples, descrito no Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial: Reformulando a Geografia Econômica (*Reshaping Economic Geography*) de 2009 (Banco Mundial, 2009c). Nesse relatório, a concentração (desenvolvimento desequilibrado) era vista como inevitável e desejável, mas consistente com a convergência (desenvolvimento equilibrado) se os mercados forem integrados. O relatório identificava três tendências (aglomeração e crescente densidade através de urbanização; redução das distâncias e das disparidades; e persistentes divisões devido à fragmentação dos mercados), três motores do desenvolvimento (economias escalonadas; mobilidade de migrações e fatores; e custos comerciais) e três áreas de políticas (urbanização, desenvolvimento territorial e integração regional para incrementar a especialização).

Além de refletir os problemas ecológicos de longo prazo, a análise das

experiências chinesa e ocidental mostra claramente que o crescimento econômico e o desenvolvimento refletem as tendências em rentabilidade e em movimentos cíclicos da vida econômica, tendências estas não abordadas no Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial ou nos modelos econômicos que o corroboram. Também pertinentes são vários outros motores, entre eles a composição estrutural e o perfil geográfico do crescimento econômico (financiarização, desindustrialização e o deslocamento para o exterior [*off shoring*] da produção), a estrutura da demanda (fomentada por investimentos infraestruturais, orientada para a exportação e demanda de consumo voltada para o crédito), sistemas nacionais e internacionais de regulamentação (liberalização financeira, regras que regem a mobilidade do capital e os projetos estatais de desenvolvimento) e as bases específicas geográficas, sociais e institucionais do desenvolvimento econômico. Modos de regulação e mediações institucionais são, além disso, não apenas motores do desenvolvimento, mas também o resultado de desequilíbrios e contradições estruturais gerados por economias sujeitas às categorias econômicas reificadas nos modelos subjacentes ao Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial. O argumento deste artigo reconhece o mérito de tais ideias, mas as encara como muito longe de serem suficientes para a compreensão das especificidades nas empíricas geografias econômicas de desenvolvimento ora existentes.

Agradecimentos

Uma versão anterior deste trabalho foi apresentada na Conferência Anual da Royal Geographical Society, em 2009, em colaboração com o Instituto de Geógrafos Britânicos (Institute of British Geographers) em Manchester, Inglaterra, 26-28 de agosto de 2009. Agradecemos os valiosos comentários feitos por um juiz e pelos editores do *European Urban and Regional Studies*. Esta pesquisa realizou-se graças a uma bolsa ESRC (RES-062-23-1600) e uma bolsa NUS FRC-Tier 1 (R-109-000-084-112) para o projeto intitulado “Interdependência Econômica e Dinâmica Regional Comparativa em Economias Desenvolvidas e em Desenvolvimento: Comércio e Trajetórias Regionais na China e na UE” (Economic Inter-dependence and Comparative Regional Dynamics in Developed and Developing Economies: Trade and Regional Trajectories in China and the EU); e também graças à bolsa para Professor Visitante (2009S1-44) destinada a Cientistas Internacionais Seniores, outorgada pela Academia Chinesa de Ciências.

§

Referências Bibliográficas

- AGA [Administração Geral Alfandegária] (2010) External trade in 2009. Statistics from the General Administration of Customs, 10 January. Disponível em: <<http://www.customs.gov.cn/publish/portal0/tab400/module15677/info207138.htm>> (em chinês).
- AGLIETTA, M. (1998) *Capitalism at the turn of the century: Regulation theory and the challenge of social change*. New Left Review 232 (novembro-dezembro): 41-90.
- _____. (2008) *Understanding the structured credit crisis. La Lettre du CEPII*, 275 (Fevereiro). Paris: Centre d'Etudes Prospectives et d'Informations Internationales.
- _____. and Rebérioux, A. (2005) Corporate Governance Adrift. A Critique of Shareholder Value. Cheltenham: Edward Elgar.
- ALBERT M. (1993) *Capitalism against Capitalism*. Londres: Whurr.
- BAIROCH P. (1981) *The main trends in national economic disparities since the Industrial Revolution*. In: Bairoch P & Lévy-Leboyer M. (eds) *Disparities in Economic Development since the Industrial Revolution*. Londres: Macmillan, 3-17.
- _____. (1997) *Victoires et Déboires. Histoire économique et sociale du monde du XVIème siècle à nos jours*. Paris. Editions Gallimard.
- BANCO MUNDIAL (2008) China Quarterly Update, janeiro de 2008. Disponível em: <<http://www.worldbank.org/china>>.
- _____. (2009a) China Quarterly Update, March 2009. Disponível em: <<http://www.worldbank.org/china>>.
- _____. (2009b) China Quarterly Update, June 2009. Disponível em: <<http://www.worldbank.org/china>>.
- _____. (2009c) World Development Report 2009: Reshaping Economic Geography. Washington, DC: Banco Mundial.
- BIANCHI P. (2009) Regional responses to the global economic crisis. Trabalho apresentado no 'European Union Open Days', 'European Week of Regions and Cities', Regional responses to the global economic crisis, 5-8 de outubro de 2009, Bruxelas, Bélgica.
- BOYER R. (2004) *The Future of Economic Growth. As New Becomes Old*. Cheltenham: Edward Elgar.
- BURAWOY M. (1996) *The state and economic involution: Russia through a China lens*. World Development 24(6): 1105-1117.
- CHEN S. e RAVALLION M. (2008) *The developing world is poorer than we thought, but no less successful in the fight against poverty*. World Bank Policy Research Working Paper, nº. WPS 4703, Agosto.
- Centro de Crescimento e Desenvolvimento de Groningen (2009) Total economy database. Groningen: GGDC. Disponível em: <<http://www.ggdc.net/databases/ted.htm>>.
- CMEE [Conselho Mundial de Energia Eólica] (2010) Global wind power boom continues despite economic woes. 3 de fevereiro. Disponível em: <<http://www.gwec.net>>.
- CRBC [Comissão Regulatória de Bancos na China] (2009a) Notices about the CBRC's guidelines on financing.
- Boletim informativo da Comissão Regulatória de Bancos na China, 27 de julho. Disponível em: <<http://www.cbrc.gov.cn/chinese/home/jsp/docView.jspdocID=20090727C29D88F64A090868FFE598D24102B300>> (em chinês).
- Comissão Regulatória de Bancos na China, 9 de agosto. Disponível em: <<http://www.cbrc.gov.cn/chinese/home/jsp/docView.jspdocID=20090809BE9889C86982260AFF1A86CDA5200300>> (em chinês).
- CRBC [Comissão Regulatória de Bancos na China] (2010) Developing scientific development in the banking industry. Um discurso do presidente da Comissão Regulatória dos Bancos na China, Liu Mingkang, 11 de março. Disponível em: <<http://www.cbrc.gov.cn/chinese/home/jsp/docView.jspdocID=20100311530D4EEAE2E3C8C1FFD2BD8A6C7FF700>> (em chinês).
- DUNFORD M. (2000) *Globalisation and theories of regulation*. In: Palan R. (ed.) *Global Political Economy. Contemporary Theories*. Londres e Nova York: Routledge, 143-167.
- _____. (2005) *Old Europe, New Europe and the USA: Comparative economic performance, inequality and the market-led models of development*. European Urban and Regional Studies 12(2): 149-176.
- _____. and LI L. (2010) *Chinese spatial inequalities and spatial policies*. Geography Compass, no prelo.
- FMI [Fundo Monetário Internacional] (2008) World Economic Outlook. Washington, DC: IMF, October. Disponível em: <<http://www.imf.org/external/pubs/ft/weo/2008/02/>>.
- _____. (vários anos) Balance of Payments Statistics. Washington, DC: Fundo Monetário Internacional.
- FUKUYAMA F. (1989) *The end of history*. The National Interest Summer: 3-18.
- HALL P. A. and SOSKICE D. W. (2001) *Varieties of Capitalism. The Institutional Foundations of Comparative Advantage*. Oxford: Oxford University Press.
- HARVEY D. (2005) *A Brief History of Neoliberalism*. Oxford: Oxford University Press.
- HE J. and ZHANG X. (2005) *Strategies and policies on promoting massive renewable energy development*. Proceedings of China Renewable Energy Development Strategy Workshop, Universidade Tsinghua, 28 de outubro, pp. 81-92.
- INE [Instituto Nacional de Estatísticas] (2009a) An increase of 11.2% in real per capita disposable income among urban residents in the first half of 2009. Boletim informativo, 27 de julho. Disponível em: <http://www.stats.gov.cn/tjfx/jdfx/t20090727_402574913.htm> (em chinês).
- _____. (2009b). Major economic indicators in August. Boletim informativo do INE, 11 de setembro. Disponível em: <http://www.stats.gov.cn/tjfx/jdfx/t20090911_402586300.htm> (em chinês).
- _____. (2010) Major economic and social indicators in 2009. News release by the INE, 25 de fevereiro. Disponível em: <http://www.stats.gov.cn/tjgb/ndtjgb/qgndtjgb/t20100225_402622945.htm> (em chinês).
- _____. (vários anos) China Statistical Yearbook. Beijing: China Statistics Press.
- Instituto Global McKinsey (2008a) Mapping Global Capital Markets: Fourth Annual Report. Washington, DC: McKinsey. Disponível em: <http://www.mckinsey.com/mgi/reports/pdfs/Mapping_Global/MGI_Mapping_Global_full_Report.pdf>.
- _____. (2008b) Mapping Global Capital Markets: Fifth Annual Report. Washington, DC: McKinsey. Disponível em: <http://www.mckinsey.com/mgi/reports/pdfs/fifth_annual_report/fifth_annual_report.pdf>.
- JOMO K. S. (2006) *Growth with equity in East Asia? United Nations Department for Economic and Social Affairs Working Paper 33*. Nova York: DESA.
- LI J. et al. (2008) *China Wind Power Report 2007*. Beijing: China Environmental Science Press.
- LIU M. (2009) *Stimulating growth, risk awareness and prevention, and promoting stable economic development*.

- News release from the China Banking Regulatory Commission, 17 July. Disponível em: <<http://www.cbrc.gov.cn/chinese/home/jsp/docView.jsp?docID=20090719C82FDA7AC0416E89F44B5942FA549400>> (em chinês).
- MADDISON A. (2008) Historical statistics for the world economy: 1–2008 AD. Disponível em: <http://www.ggd.c.net/maddison/Historical_Statistics/vertical-file_02-2010.xls>.
- NOLAN P. (1995) *China's Rise, Russia's Fall: Politics, Economics and Planning in the Transition from Stalinism*. Londres: Macmillan.
- OSTROM E. (1990) *Governing the Commons: The Evolution of Institutions for Collective Action*. Cambridge: Cambridge University Press.
- PECK J. and THEODORE N. (2007) *Variiegated capitalism*. Progress in Human Geography 31(6): 731-772.
- POLANYI K. (1944) *The Great Transformation: the Political and Economic Origins of Our Time*. Boston, MA: Beacon Press.
- PERRONS D. (2010) *Reflections on gender and pay in-equalities in the contemporary service economy*. In: HOWCROFT D. and RICHARDSON H. (eds) *Work and Life in the Global Economy: A Gendered Analysis of Service Work*. Basingstoke: Palgrave Macmillan.
- PERRONS D. and POSOCCO S. (2009) *Globalising failures*. Geoforum 40(2): 131-135.
- PICKLES J. (2010) *The spirit of post-socialism: Common spaces and the production of diversity*. European Urban and Regional Studies 17: 127-140.
- PIKETTY T. and SAEZ E. (2003) Income inequality in the US, 1913-1998. Quarterly Journal of Economics 118(1): 1-39.
- PIORE M. and SABEL C. (1984) *The Second Industrial Divide: Possibilities for Prosperity*. Nova York: Basic Books. Redding GS (1993) *The Spirit of Chinese Capitalism*. Berlim: Walter de Gruyter.
- REDDING G. S. and WITT M. A. (2007) *The Future of Chinese Capitalism: Choices and Chances*. Oxford: Oxford University Press.
- REINHART C. M. and ROGOFF K. S. (2009) *This Time Is Different: Eight Centuries of Financial Folly*. Princeton, NJ: Princeton University Press.
- SMITH A. and SWAIN A. (2010) *The global economic crisis, Eastern Europe, and the Former Soviet Union: Models of development and the contradictions of internationalization*. Eurasian Geography and Economics 51(1): 1-34.
- SMITH A. and TIMÁR J. (2010) *Uneven transformations: Space, economy and society 20 years after the collapse of state socialism*. European Urban and Regional Studies 17: 115-125.
- STORPER M. (2011) *Justice, efficiency and economic geography: Should places help one another to develop?* European Urban and Regional Studies 18(1): 3-21.
- PNUD [Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas] (1999) *Human Development Report 1999*. Nova York e Oxford: Oxford University Press.
- _____. (2009) *Human Development Report 2009*. Nova York e Oxford: Oxford University Press.
- VAN DER PIJL K. (2006) *Global Rivalries from the Cold War to Iraq*. London: Pluto and New Delhi: Sage Vistaar.
- WAGSTAFF A., LINDELOW M., WANG S. and ZHANG S. (2009) *Reforming China's Rural Health System*. Washington, DC: Banco Mundial.
- YEUNG G. (2009a) *Hybrid property, path dependence, market segmentation and financial exclusion: The case of the banking industry in China*. Transactions of the Institute of British Geographers 34(2): 177-194.
- _____. (2009b) *How banks in China make lending decisions*. Journal of Contemporary China 18(59): 285-302.
- ZHANG P. (2009) News briefing by the Chief of the National Development and Reform Commission (NDRC), 6 de março de 2009. Disponível em: <http://www.ndrc.gov.cn/xwfb/t20090306_264929.htm> (em chinês).